

# PERCEPÇÃO E ATITUDES DE MORADORES DE PETRÓPOLIS-RJ SOBRE O MANEJO DOS RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS

JANAÍNA PORTO PALLES RAMOS

JANNIQUE DE SOUZA VOIGT

PEDRO DE ALBUQUERQUE BANDARRA

RODRIGO GRAZINOLI GARRIDO

Acadêmica de Biomedicina - UCP, Petrópolis-RJ

Médico Residente em Medicina de Família e Comunidade - FOG, Petrópolis-RJ

Professor do Curso de Biomedicina - UCP, Petrópolis-RJ

Professor do Mestrado em Desenvolvimento Local - UNISUAM, Rio de Janeiro-RJ

[grazinoli.garrido@gmail.com](mailto:grazinoli.garrido@gmail.com)

## Introdução

O Brasil é um grande consumidor de medicamentos, apresentando perfil típico de país desenvolvido. O país é o sexto mercado farmacêutico do mundo, pelo qual circulam aproximadamente 30 bilhões de dólares por ano (IMS, 2012). Curiosamente, milhões de cidadãos brasileiros ainda não têm o correto acesso a medicamentos, mostrando um claro desequilíbrio no consumo interno (Garrido, 2009). Além disso, entre a parcela da sociedade que tem acesso à terapia farmacológica, a sobra de medicamentos vencidos e não vencidos é notória (Eickhoff, Heineck e Seixas, 2009).

Na tentativa de reduzir a sobra de medicamentos, o governo federal publicou o Decreto nº 5.775 de 2006, o qual redefiniu a venda fracionada de medicamentos. Contudo, para a sobra de medicamentos, há dois destinos básicos: a reutilização ou o correto descarte. No entanto, apesar de regulamentos técnicos e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305, de 2010), uma lei específica sobre o descarte, recolhimento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos domiciliares de medicamentos vencidos ou em desuso, não se encontra no arcabouço legal nacional (Eickhoff, Heineck e Seixas, 2009). Como consequência da falta de legislação, estima-se que cerca de 20% de medicamentos de uso domiciliar são lançados na rede de esgoto ou lixo doméstico (Cunha, Zorzatto e Castro, 2002).

Diversos estudos têm mostrado a presença de produtos farmacêuticos na água e no solo (Bila e Dezotti, 2003). São abordados problemas socioambientais associados aos resíduos medicamentosos que foram descartados inadequadamente. Reconhecidamente, esse problema também atinge outros países (Zuccato et al, 2006; Ribeiro e Heineck, 2010).

As consequências desses fármacos para o ambiente ainda não são devidamente conhecidas. Todavia, a presença de grupos de medicamentos como antibióticos e hormônios na água já têm sido relacionada com um potencial efeito sobre a saúde humana e também no ecossistema. Essa contaminação é um resultado do descarte inadequado e também da excreção de metabólitos que não são eliminados pelo tratamento de esgoto (Zuccato et al, 2005; Zuccato et al, 2006; Falqueto & Klingerman, 2013)

Quanto á reutilização, deve-se salientar que o uso de drogas sem prescrição, intencionalmente ou por acidente, acarreta risco à saúde (Garrido, 2009). Assim, o consumo indevido de medicamentos descartados erroneamente pode levar a uma série de efeitos como intoxicações e morte (Oliveira *et al*, 2010).

Por tais motivos, torna-se necessário reconhecer a percepção e atitudes da população quanto ao manejo dos resíduos de medicamentos. Este trabalho buscou identificar o tipo de descarte domiciliar de medicamentos, para que desta forma possa se fundamentar as diretrizes de um programa de recolhimento desses resíduos.

## Metodologia

Trata-se de pesquisa transversal, na qual o instrumento de coleta dos dados foi um questionário com 13 questões. As questões relacionavam-se a informações gerais dos

moradores, como faixa etária, nível de escolaridade, renda familiar e questões relativas ao uso e a forma de descarte de resíduos medicamentosos. Também foram extraídos dados sobre o conhecimento da compra fracionada e a utilização da mesma.

A amostragem foi de 102 moradores do município de Petrópolis-RJ, representantes de domicílios de diferentes bairros. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Informado nos moldes do estabelecido pela Resolução CNS 196/96 (versão 2012).

Utilizou-se o programa Microsoft Excel® para a construir o banco de dados e para a estatística descritiva.

## Resultados

Quase a metade dos 102 entrevistas (73 mulheres e 29 homens) apresentava faixa etária entre 20 a 30 (Tabela1)

**Tabela 1:** Distribuição de participantes por faixa etária

<b>Idade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Menos de 20 anos	6	5,9
20 a 30 anos	50	49,0
31 a 40 anos	15	14,7
41 a 50 anos	20	19,6
51 a 60 anos	10	9,8
Mais de 60 anos	1	1,0
Total	102	100,0

Os níveis de escolaridade encontram-se na Tabela 2.

**Tabela 2:** Distribuição de participantes por escolaridade.

<b>Escolaridade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Alfabetizado	5	4,9
Fundamental completo	12	11,7
Médio completo	63	61,7
Superior completo	22	21,6
Total	102	100,0

A maioria dos entrevistados (84) residia com duas ou mais pessoas, sendo que apenas 7 moram sozinhos (Tabela 3).

**Tabela 3:** Distribuição de participantes por número de moradores no domicílio.

<b>Moradores por domicílio</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Mora sozinho	7	6,9
2 pessoas	11	10,8
3 pessoas	45	44,1
4 pessoas	19	18,6
5 ou mais pessoas	20	19,6
Total	102	100,0

Em relação à renda familiar, a maioria (71) ganha até 5 salários mínimos (Tabela 4).

**Tabela 4:** Distribuição da renda familiar dos entrevistados.

<b>Renda familiar</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Até 2 salários mínimos	26	25,5
3 a 5 salários mínimos	45	44,1

6 a 8 salários mínimos	17	16,7
Mais de 8 salários mínimos	14	13,7
Total	102	100,0

A maioria desconhece a maneira correta de descarte de medicamentos (93% das respostas), com apenas 7 pessoas descartam através de lixo hospitalar (Tabela 5).

**Tabela 5:** Descarte de medicamentos.

Forma de Descarte	N	%
Lixo domiciliar	86	84,3
Esgoto doméstico	9	8,8
Lixo hospitalar	7	6,9
Total	102	100,0

Três quartos dos entrevistados guarda o restante do medicamento após uso (Tabela 6).

**Tabela 6:** Destino de medicamentos após o uso.

Destino	N	%
Guarda	77	75,5
Descarte	14	13,7
Doação	8	7,8
Devolução	3	2,9
Total	102	100,0

Apesar de quase metade dos participantes conhecerem a venda fracionada (42,1%), apenas 18,9% já realizou esse tipo de compra.

Dos 102 participantes, 96 alegam nunca ter recebido instrução quanto ao descarte de medicamentos. Os seis que receberam instruções, estas foram dadas por agente de saúde; professor; enfermeiro; farmacêutico; parente; anúncio de televisão.

Quarenta e oito participantes fazem uso de alguma medicação contínua, 31 afirmam não fazer uso de nenhuma medicação e 23 fazem uso ocasional de alguma medicação.

Na tabela 9 é possível observar que a grande maioria em todos os níveis de escolaridade faz o descarte de resíduos de medicamentos no lixo domiciliar. Contudo, significativo percentual de entrevistados, especialmente no nível mais baixo de escolaridade, descartam na rede de esgoto doméstico.

**Tabela 7:** Forma de descarte de resíduos de medicamentos por escolaridade.

Escolaridade	Forma de Descarte						Total N
	Lixo domiciliar		Esgoto doméstico		Lixo hospitalar		
	N	%	N	%	N	%	
Alfabetizado	4	80,0	1	20,0	0	0,0	5
Fundamental completo	12	100,0	0	0,0	0	0,0	12
Médio completo	53	84,1	8	12,7	2	3,2	63
Superior completo	17	77,3	0	0,0	5	22,7	22
Total	86		9		7		102

## Discussão

No Brasil a falta de uma legislação específica sobre descarte de medicamentos tem impacto direto na orientação e conscientização das pessoas. O descarte é inadequado, realizado em sua maioria no meio ambiente, com ações na rede de esgoto e também em lixo comum (Falqueto e Klingerman, 2010). Observou-se entre os entrevistados que o descarte no lixo domiciliar é o mais comum o que pode trazer problemas especialmente em cidades que não apresentam depósitos regulares do resíduo sólido. O grande número de descarte em lixo comum também foi observado por Ribeiro e Heineck (2010), onde 57% dos entrevistados tinham essa prática. Contudo, o percentual de pessoas que descartam no esgoto doméstico é preocupante (Tabela 5), especialmente no nível mais baixo de escolaridade, talvez por não perceber a água como um recurso limitado.

Notadamente, a escolaridade dos entrevistados foi maior do que a encontrada na média da população brasileira (IBGE, 2010) em virtude da participação de estudantes de graduação. Contudo, o que poderia trazer um viés à pesquisa permitiu determinar que não houve grande variação da forma de descarte com o aumento da escolaridade (Ribeiro e Heineck, 2010). O que surpreendeu foi o número de disposição através do lixo hospitalar (Tabela 7). Entretanto, isto está relacionado a respostas de profissionais que trabalham nestas unidades de saúde.

De toda forma, sem uma cadeia apropriada de logística reversa, que apresente formas e locais ideais para a recuperação de resíduos de medicamentos, aumenta a possibilidade de se encontrar produtos farmacêuticos na água e no solo (Bila e Dezotti, 2003; Zuccato et al, 2006). A RDC 44/09 da ANVISA prevê algumas regras para o recolhimento de medicamentos vencidos. Além disso, algumas iniciativas de indústrias farmacêuticas e revendedores já ocorreram, mas foram tímidas. No entanto, o tema é pauta de futuras normas federais (Favoretto, 2011).

Pôde-se observar que a sobra de medicamentos após o tratamento é uma realidade, pois a maioria das pessoas guardam medicamentos após o uso (Tabela 5). A prática de guardar o medicamento após seu uso é comum em nosso país como foi observada em estudo realizado em Minas Gerais (Bueno et al, 2009). Este estudo mostrou que dos medicamentos que as famílias mantinham em casa, 18,5% estavam vencidos mesmo com um programa de recolhimento estabelecido pelo Programa Saúde da Família.

A sobra de medicamentos após tratamento continua ocorrendo apesar da existência do Decreto nº 5.775 de 2006 que abriu a possibilidade de venda fracionada de medicamentos. A grande maioria dos entrevistados desconhece essa possibilidade de compra e nunca comprou dessa forma. Esse fato contribui para aumento da quantidade de resíduos de medicamentos vencidos e não vencidos nos domicílios.

## **Conclusão**

Pôde-se constatar que o descarte de medicamentos em sua maioria é realizado de forma inadequada, independentemente do nível de instrução ou idade. Tais atitudes podem estar relacionadas à falta de legislação específica. Além disso, a falta de conhecimento sobre a venda fracionada de medicamentos leva a sobras destes nos domicílios após o tratamento.

Com o estabelecimento de regras claras de descarte, recolhimento, transporte e destinação final dos resíduos, responsabilizando os atores relacionados à produção e venda de medicamentos, será possível estabelecer campanhas de conscientização que devem ter como precursores profissionais de saúde.

## **Dados do autor correspondente:**

Rodrigo Grazinoli Garrido

Mestrado em Desenvolvimento Local -UNISUAM

Praça das Nações, 34 - Bonsucesso, Rio de Janeiro-RJ. CEP 21041-010